

**PORTARIA Nº 20, de 27 de setembro de 2018**  
**INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 109.2018.854**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE**  
**MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO que o DETRAN/MG realizou credenciamentos de empresas responsáveis por sistemas eletrônicos, notadamente para registros de contratos de financiamento de veículos com cláusulas de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcios, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor (Portarias n. 251/17, 310/17, 476/17, 532/17, 640/17, 530/18, 843/18 e 1440/18);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 1440, de 19 de setembro de 2018, estabelece que os custos para realização dos registros dos dados dos contratos de financiamento de veículos junto ao DETRAN/MG serão de exclusiva responsabilidade das Instituições Credoras, que devem recolher os valores das respectivas Taxas de Segurança Pública através de DAE (Documento de Arrecadação Estadual) em favor da Polícia Civil:

“Art. 15 Os custos para realização do registro dos dados do contrato de financiamentos de veículos automotores junto ao DETRAN/MG serão de exclusiva responsabilidade das Instituições Credoras de garantia real e implicarão no recolhimento de taxas de segurança pública.

Parágrafo único. Os valores consolidados pelo DETRAN/MG, de que trata esse artigo, deverão ser mensalmente recolhidos pelas entidades transmissoras dos dados e corresponderão à quantidade de contratos registrados no período e identificados em relatório geral de atividades de cada mês.

Art. 16 As pessoas jurídicas credenciadas farão o pagamento do valor correspondente aos atos necessários para efetivação do registro do contrato, estabelecidos como taxa de segurança pública, fixados por lei na Tabela D, a que se refere o Art. 115 da Lei Estadual nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, com as alterações posteriores, para cada inserção, alteração ou modificação na base de dados do DETRAN/MG do registro de contrato de financiamento de veículos automotores com cláusula de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor.

§ 1º O valor de que trata o caput deverá ser recolhido pelas pessoas jurídicas credenciadas mediante emissão de DAE- Documento de Arrecadação Estadual, em favor da Polícia Civil.

§ 2º Para cada novo registro de contratos a que se refere esta Portaria incidirá a taxa de segurança pública prevista no item 4.10 da Tabela D a que se refere o Art. 115 da Lei Estadual nº 6. 763, de 26 de dezembro de 1975 e para cada modificação no registro a taxa de segurança pública prevista no item 4.11 da Tabela D a que se refere o Art. 115 da Lei

Estadual nº 6. 763, de 26 de dezembro de 1975, ambas com redação dada pela Lei Estadual nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017.”

CONSIDERANDO que de janeiro a agosto de 2018 o Estado de Minas Gerais arrecadou R\$21.413.255,53 (vinte e um milhões quatrocentos e treze mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) a título de Taxa de Segurança Pública – Polícia Civil, conforme informa o RMA - Relatório Mensal de Arrecadação - Armazém de Informações elaborado pela Divisão de Gestão da Informação - DGI/DIEF/SAIF/SEF-MG, disponível em [http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita\\_estado/evolucao\\_anual/rectxest.zip](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita_estado/evolucao_anual/rectxest.zip)

CONSIDERANDO que o Portal da Transparência revela o pagamento no presente exercício de R\$51.218.998,27 (cinquenta e um milhões duzentos e dezoito mil novecentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos) para duas empresas credenciadas;

CONSIDERANDO a significativa divergência entre o valor arrecadado a título de Taxa de Segurança Pública – Polícia Civil e o valor pago às empresas credenciadas;

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição República e no art. 2º, II, da Resolução n. MPC-MG N. 07/2013, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde logo, a expedição de ofício ao Diretor do DETRAN/MG, com requisição de:

a) cópia integral de todos os procedimentos de credenciamento de empresas referentes às Portarias n. 251/17, 310/17, 476/17, 532/17, 640/17, 530/18, 843/18 e 1440/18, **preferencialmente por meio digital**;

b) declaração informando a forma de remuneração das empresas credenciadas, com indicação pormenorizada dos valores atribuídos por operação realizada;

c) declaração da quantidade de registros eletrônicos (inserções, alterações, modificações, etc.) realizados pelas instituições financeiras e demais entidades credoras nos anos de 2017 e 2018, mês a mês, com os respectivos valores de arrecadação de Taxa de Segurança Pública – Polícia Civil;

d) cópia dos relatórios gerais de atividades que lastrearam os pagamentos das Taxas de Segurança Pública – Polícia Civil em 2017 e 2018, elaborados e encaminhados ao DETRAN/MG pelas instituições financeiras e demais entidades credoras, **preferencialmente por meio digital**

e) cópia dos relatórios de contratos registrados de 2017 e 2018, apresentados mensalmente pelas empresas credenciadas, **preferencialmente por meio digital**; e

f) declaração contendo nome, endereço de obtenção e número de *downloads* já realizados dos aplicativos a que se referem os incisos XVII e XVIII do art. 47 da Portaria n. 1440, de 19 de setembro de 2018

Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento da diligência, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 11 de outubro de 2018.

**Glaydson Santo Soprani Massaria**  
Procurador do Ministério Público de Contas